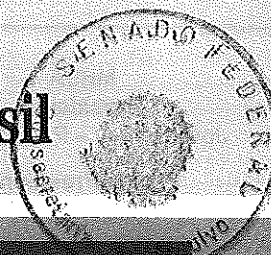


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 209

SÁBADO, 9 DE NOVEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 191ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, prejudicado em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Ao arquivo. 18293

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, aprovado em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. 18293

Término do prazo, ontem, com apresentação de cinco emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, de autoria dos Senadores Edison Lobão e Pedro Simon, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais. 18293

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1996, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. 18293

Recebimento de manifestações do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, referentes aos seguintes Ofícios: 18296

Nº S/93, de 1996 (nº 3.284/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo (SP) para contratar operação de crédito junto ao Instituto Municipal de Previdência – IMP, no valor de um milhão e oitocentos mil reais, a preços de 31-10-96. 18296

Nº S/94, de 1996 (nº 3.283/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro

do Estado de Mato Grosso do Sul – LFTMS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997. 18296

Nº S/95, de 1996 (nº 3.282/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura de São João de Meriti (RJ) relativa à operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, no valor de três milhões de reais, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas. 18296

Nº S/96 de 1996 (nº 3.285/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Campinas (SP) relativa à operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de dezesseis milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos, equivalentes a vinte milhões, vinte mil e setecentos e sessenta reais, cotados em 31.7.96, cujos recursos serão destinados ao Programa de Combate às Enchentes do Município de Campinas – PROCEN. 18296

Recebimento da Mensagem nº 241, de 1996 (nº 1.135/96, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, proposta de autorização de acordo de reescalonamento entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, com base na Ata de Entendimentos de 12 de dezembro de 1995, do chamado "Clube de Paris", e de retificação da autorização constante da Resolução nº 36, de 1996, do Senado Federal, referente à Ata de Entendimentos de 1994, também relacionada com dívidas daquele País. 18296

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Satisfação de S. Exª pela indicação do Ministro Francisco Rezek para integrar a Corte Internacional de Haia. Matérias relevantes para a vida nacional, que serão analisadas a partir do dia 18 do corrente mês, destacadamente o projeto de reforma agrária. Importância de base institucional para uma reforma agrária pacífica. 18297

SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Associando-se às manifestações do Sr. José Roberto Arruda, relativas às homenagens prestadas ao Ministro Sr. Francisco Rezek. 18300

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Apresentando requerimento de informações a diversos ministros, solicitando esclarecimentos sobre os gastos do governo com propaganda. Ausência de recursos públicos e de vontade política para viabilizar a reforma agrária..... 18300

1.2.3 – Ofícios

Nº 656/96, de 6 de novembro do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 18301

Nº 680/96, de 7 de novembro do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.526, de 5 de novembro de 1996..... 18301

1.2.4 – Requerimentos

Nº 1.061, de 1996, de autoria do Senador João França, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1995, de sua autoria, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais acha-se esgotado..... 18301

Nºs 1.062 a 1.067, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando informações aos Ministros de Estado da Fazenda, Educação, Previdência, Planejamento, Saúde e Comunicações, sobre os gastos com publicidade e propaganda..... 18302

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Denunciando a superfotação e a falta de uma equi-

pe médica adequada no Hospital Universitário Antônio Pedro, localizado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, fato este que culminou na morte de 11 crianças recém-nascidas, nos últimos 15 dias..... 18317

SENADOR ODACIR SOARES – Lançamento do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS..... 18318

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 187ª Sessão não Deliberativa, realizada em 4 de novembro de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal, de 5 de novembro de 1996..... 18319

3 – EMENDAS

Oferecidas ao Projeto de Lei nº 8, de 1996-CN (Mensagens nºs 820/96, na origem e 403, de 1996-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1997..... 18320

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.265 a 1.271, de 1996 18320

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 191ª Sessão Não Deliberativa em 8 de novembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência do Sr. Valmir Campelo
(Inicia-se a Sessão às 9:00h)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); e

– Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O projeto de Lei do Senado nº 33, de 1995, prejudicado em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai ao Arquivo.

O Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1996, aprovado em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto Lei do Senado nº 270, de 1995, de autoria dos Senadores Edison Lobão e Pedro Simon, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1996, de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1996, e o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, receberam uma e cinco emendas, respectivamente, que vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDA (de plenário) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1996

Que dispõe sobre a jornada de trabalho de médico, médico de saúde pública, médico do trabalho e médico veterinário, da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1-PLEN

Substitua-se a tabela de vencimentos, de que trata o art. 1º, pela tabela abaixo, expressando os valores hoje vigentes.

Tabela de vencimento básico aplicável aos servidores da carreira de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
A	III	524,30
	II	490,57
	I	458,43
B	VI	402,92
	V	379,00
	IV	368,06
	III	357,44
	II	347,13
	I	337,12
C	VI	327,40
	V	317,98
	IV	308,82
	III	299,93
	II	291,30
	I	282,93
D	V	274,81
	IV	266,91
	III	259,26
	II	251,83
	I	244,61

Justificação

A Tabela anexa ao projeto, que propõe os vencimentos básicos para a jornada de 4 horas semanais da categoria, por equívoco decorrente do tempo de tramitação, não contemplou o aumento geral concedido em 1995 ao funcionalismo, expressando em decorrência valores inferiores aos atualmente praticados. Por conseguinte, torna-se necessária a revisão, conforme tabela apresentada.

Sala das sessões, 7 de novembro de 1996. —
Senador **José Roberto Arruda**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**EMENDA (de plenário) OFERECIDAS
AO PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 270, DE 1995**

Que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.

EMENDA Nº 3-PLEN

Dê-se ao art. 1º e a seu § 1º a seguinte redação:

"Art. 1º As dotações orçamentárias de que trata o art. 38, inciso IV da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, serão decuplicadas para os anos em que houver realização de eleições.

§ 1º Os recursos adicionais calculados na forma do **caput** deste artigo serão aplicados exclusivamente no atendimento ao disposto no art. 44, inciso III, da Lei nº 9.096, de 1995."

Justificação

Este projeto de lei teve sua idéia inicial na PEC nº 18, de 1995, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Pedro Simon. Por ocasião de sua discussão na CCJ, o relator daquela proposta de emenda à Constituição, nobre Senador Edison Lobão, sugeriu ao Senador Pedro Simon que apresentasse a matéria mediante projeto de lei ordinária, em virtude de não haver obstáculos constitucionais para assim proceder.

Dessa conversa resultou o presente Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, que constitui um enorme avanço na legislação partidária-eleitoral do País, opinião expedida por vários membros da CCJ por ocasião de sua discussão naquele Colegiado.

Em razão de o financiamento público das campanhas políticas ser uma novidade na vida brasileira, pelo menos na dimensão pretendida pelo PLS

270/95, entendo ser necessário adotar algumas cautelas iniciais para que não se frustrasse essa tentativa que, sem sombra de dúvida, tem boa receptividade junto aos meios políticos e formadores de opinião.

Com essa preocupação, apresento emenda com a finalidade de:

1. alterar a redação do caput do art. 1º, estabelecendo uma relação entre as dotações orçamentárias para anos eleitorais e para anos não-eleitorais; o valor destinado ao ano eleitoral, atualizado, ficaria em tomo de R\$4,00(quatro reais);

2. limitar somente aos anos eleitorais o reforço do Fundo Partidário; nos anos sem eleições, os recursos do Fundo serão os ordinários calculados na forma prevista no art. 38, IV, da Lei nº 9.096/95;

3. destinar às campanhas políticas, com exclusividade, somente os recursos adicionais, ou seja os R\$0,35 em valores de agosto de 1995 continuaram a ter a destinação prevista no art. 44 (manutenção de sedes, pagamentos de pessoal, propaganda doutrinária e política, criação e manutenção de institutos ou fundações etc.).

Desse modo, ficam estabelecidas, em vez de uma, duas espécies de dotações orçamentárias ao Fundo Partidário: a primeira, sem modificações, é a que já está prevista na Lei nº 9.096/95; a segunda, inovadora, reforça a dotação de recursos orçamentários ao Fundo para aplicação no alistamento e campanhas políticas previsto no inciso III do art. 44 da referida lei, mas somente para os anos eleitorais.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1996. —
Senador **Edison Lobão**.

EMENDA Nº 4-PLEN

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1996, a redação seguinte:

"Art. 2º O total dos recursos de que trata esta Lei será rateado entre os partidos, na proporção de suas bancadas na Câmara dos Deputados, obedecidos os seguintes critérios:

§ 1º Na distribuição dos recursos que lhes forem destinados na forma do **caput** deste artigo os partidos destinarão:

I — cinquenta por cento aos diretórios nacionais dos partidos políticos, para a sua administração direta;

II — cinquenta por cento aos diretórios nacionais dos partidos políticos para que sejam repassados aos respectivos Diretórios Regionais, sendo:

a) metade na proporção do **quantum** das Bancadas estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios que o partido elegeu para a Câmara dos Deputados; e

b) metade na proporção do **quantum** de eleitores existentes em cada Estado, no Distrito Federal e em cada Território.

III – do total entregue aos Diretórios Regionais, sessenta por cento dos recursos serão administrados diretamente e quarenta por cento serão repassados aos diretórios municipais respectivos, na proporção do número de eleitores existentes no Município.

§ 2º Nos critérios de proporção a que se refere o **caput** deste artigo, tomar-se-á por base a filiação partidária que constar na diplomação dos candidatos eleitos.

§ 3º Havendo fusão ou incorporação de partidos, será considerado, para efeito de aplicação dos critérios previstos neste artigo, o resultado da adição do **quantum** de diplomados em seus partidos de origem que vierem a integrar o novo partido, desde que a fusão ou incorporação ocorra até um ano antes das eleições.

§ 4º Não se aplica aos recursos regulamentares por esta Lei os critérios de distribuição do art. 42 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995."

Justificação

Pretende-se, com esta emenda, estabelecer as regras de distribuição dos recursos a serem observadas pelos Partidos Políticos, de maneira a assegurar um mínimo indispensável ao funcionamento partidário nos três níveis: o Municipal, o Regional, ou Estadual; e o Nacional.

Pelo modelo adotado por esta emenda, do montante total de recursos entregues a cada partido, cinquenta por cento será administrado diretamente pelo Diretório Nacional, que estabelecerá as prioridades de alocação destes recursos em atendimento à estratégia de fortalecimento do partido a nível nacional.

Os outros cinquenta por cento serão necessariamente distribuídos entre os Diretórios Regionais, na proporção das bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados (alínea a do inciso II) e do eleitorado do Estado (alínea b do inciso II).

Atente-se que mediante a aplicação do disposto na supracitada alínea b, todos os diretórios regionais terão um mínimo de recursos assegurado, con-

forme a proporção do eleitorado estadual em relação ao nacional.

Por outro lado, conforme a alínea a, premia-se o esforço dos diretórios regionais que conseguiram eleger mais representantes para a Câmara dos Deputados, visto que é esta representação que determinará o montante de recursos a que o Partido terá direito.

Por fim, no inciso III, fica estabelecido um mínimo de recursos destinado aos diretórios municipais, na proporção do eleitorado do Município em relação ao número de eleitores do Estado, assegurando aos Diretórios Regionais a livre administração de sessenta por cento dos recursos que lhes cabem.

Com esta proposição, para a qual espera-se o apoio dos nobres colegas, fica assegurada em lei a oxigenação, via acesso a recursos financeiros, de toda a estrutura partidária, desde o Órgão Central (Diretório Nacional) até os comunicantes capilares (Diretórios Municipais), sem prejuízo da adoção de medidas estratégicas que visem ao fortalecimento partidário e sua penetração na sociedade.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1996. – Senador **Sérgio Machado**.

EMENDA Nº 5 – PLEN

Dê-se ao **caput** do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º O total dos recursos de que trata esta Lei será rateado pelos partidos que tenham representantes na Câmara dos Deputados proporcionalmente ao somatório dos votos obtidos pelos Deputados Federais de cada partido na última eleição."

Justificação

O texto do art. 2º do PLS nº 270/95, como está redigido, resultaria na destinação desproporcional de recursos aos partidos, beneficiando aqueles cujas bancadas na Câmara dos Deputados fossem constituídas, em parte significativa, de Deputados originários dos Estados menos populosos, e prejudicando os partidos cujas bancadas são constituídas de muitos Deputados eleitos pelos Estados mais populosos.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1996. – Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 6-PLEN

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O total dos recursos de que trata a esta Lei será rateado pelos partidos políticos proporcionalmente aos votos nacionalmente obtidos para a Câmara dos Deputados."

Justificação

O Senador Pedro Simon, ao apresentar o presente projeto cita a legislação alemã como um dos paradigmas para sua iniciativa. Entretanto, a lei germânica aplicável, aqui já considerada com as alterações adotadas a partir de 1º-1-94, por força de decisão do *Bundesverfassungsgericht* é clara no sentido de estabelecer que a divisão deve dar-se com base nos votos obtidos pelos partidos (*Zweitstimmen*) na eleição para a Câmara Baixa Alemã (*Bundestag*). A distinção é importante, pois como se sabe, o tamanho das bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados – base de cálculo originalmente proposta – não reflete a real votação nacional dos partidos, em razão das distorções que derivam do representamento da representação de alguns Estados Federados e da demasiada representação de outros.

Esta emenda busca estabelecer o princípio democrático na partição dos recursos, com vistas a efetivamente se alcançar a igualdade de chances entre os partidos políticos.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1996. –
Marina Silva.

EMENDA Nº7 – PLEN

Acrescente-se ao art. 3º do projeto o seguinte parágrafo 3º:

Art. 3º

"§ 3º Do montante auferido por cada partido, o respectivo Diretório Nacional repassará aos Diretórios Regionais R\$2,00(dois reais) por voto obtido pelo partido para a correspondente Assembléia Legislativa."

Justificação

Posto tratar-se da distribuição de recursos públicos, a presente emenda não significa interferência estatal na organização interna dos partidos políticos. Significa, ao contrário, um reconhecimento de que, no rateio, há que se observar, necessariamente, a forma federativa de organização político-administrativa do País. Igual mandamento pode ser encontrado na sexta Lei de Alteração da Lei dos Partidos Políticos da Alemanha (28-1-94) e, por sua motivação, deverá merecer acolhimento pelos nobres Pares.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1996.
Moreira Silva.

(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu manifestações do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, referentes aos seguintes ofícios:

– Nº S/93, de 1996 (nº 3.284/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo (SP) para contratar operação de crédito junto ao Instituto Municipal de Previdência – IMP, no valor de um milhão e oitocentos mil reais, a preços de 31.10.96;

– Nº S/94, de 1996 (nº 3.283/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso do Sul – LFTMS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997;

– Nº S/95, de 1996 (nº 3.282, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura de São João de Meriti (RJ) relativa à operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, no valor de três milhões de reais, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas; e

– Nº S/96, de 1996 (nº 3.285/96, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Campinas (SP) relativa à operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de dezenove milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos, equivalentes a vinte milhões, vinte mil, setecentos e sessenta reais, cotados em 31-7-96, cujos recursos serão destinados ao Programa de Combate às Enchentes do Município de Campinas – PROCEN.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 241, de 1996 (nº 1.135/96, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, proposta de autorização de acordo de reescalonamento entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, com base na Ata de Entendimento de 12 de dezembro de 1995, do chamado "Clube de Paris", e de retificação da autorização constante da Resolução nº 36, de 1996, do Senado Federal, referente à Ata de Entendimentos de 1994, também relacionada com dívidas daquele País.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço aos registros oficiais do Senado que, por gentileza, dividam este meu pronunciamento em duas partes, porque quero aqui fazer dois pronunciamentos distintos.

No primeiro deles, desejo manifestar, em meu nome pessoal e em nome também da Liderança do Governo no Congresso Nacional, a nossa satisfação pela indicação do Ministro Francisco Rezek para a Corte Internacional de Haia.

É importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se dê conhecimento a Casa, até porque a história brasileira registra, num dos seus episódios mais marcantes, a passagem de Rui Barbosa na aquela Corte Internacional.

Nós todos, nos bancos escolares, quando estudamos os grandes momentos da vida brasileira, e principalmente os momentos de afirmação da nossa nacionalidade e da inteligência brasileira no cenário internacional, tomamos conhecimento daquele momento importante, quando Rui Barbosa, na Corte Internacional de Haia, defendia posições que acabaram perpetuando o seu nome no cenário das relações internacionais do nosso País. E mais do que isso, fizeram com que Rui Barbosa, além de ilustre baiano, grande tribuno, homem de idéias, se imortalizasse, como se o resumo de sua vida ou o símbolo da sua trajetória de vida pública e de vida intelectual fosse exatamente a sua passagem, a sua presença naquele célebre encontro na Corte Internacional de Haia.

Nos tempos modernos, com os mecanismos que temos hoje de comunicação, com o mundo ficando menor pela força da tecnologia, com os povos interagindo comercialmente, de todas as formas, essa Corte Internacional ganha ainda maior dimensão. E é com muito orgulho, com muita satisfação que vemos um ilustre brasileiro, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, ser eleito para aquela Corte Internacional.

Sr. Presidente, quero dizer que, em meu nome pessoal, tenho razões de orgulho e de satisfação, pois conheço o Ministro Francisco Rezek há muitos anos, conheço a sua família, sei da origem humilde

de que descende S. Ex^a; somos de uma mesma região, o sul de Minas, cada um de nós de uma pequena cidade; o trem de ferro liga a minha cidade, Itajubá, à dele, Cristina. São cidades muito simples, de pessoas humildes. A família Rezek, no sul de Minas, é composta por imigrantes humildes.

O Ministro Francisco Rezek, desde moço, já despontava pela seriedade e capacidade intelectual; ele sempre foi o primeiro aluno de turma. Estudante de Direito exemplar, fez todos os cursos possíveis de extensão universitária na área que abraçou: o Direito. Foi um dos brasileiros mais moços a assumir uma vaga na Suprema Corte. S. Ex^a tem uma postura de equilíbrio, de ponderação, de sensatez, de firmeza e, ao mesmo tempo, de humildade. O Ministro Francisco Rezek, em toda a sua trajetória de vida jurídica, pública, sempre teve essa postura equilibrada, honrando os cargos que ocupou.

Não falo somente em termos de relações pessoais, pois tenho o Ministro Francisco Rezek na conta dos meus amigos e a quem devo respeito e admiração; mais do que isso, manifesto da tribuna do Senado – e penso que externo o pensamento da grande maioria dos Parlamentares brasileiros – o nosso orgulho de ver um brasileiro de origem humilde, um advogado com uma trajetória de vida irretocável, chegar à Suprema Corte do nosso País e, ainda muito jovem, deixar a Suprema Corte para integrar a Corte Internacional de Haia.

É preciso que esse episódio – por isso, faço questão de registrá-lo nos Anais desta Casa –, da mesma forma que ocorreu, no passado, com o de Rui Barbosa, seja lembrado pelas gerações futuras, pelos estudantes de Direito, por todos aqueles que têm o ideal de vida abraçado pelo Ministro Francisco Rezek.

Portanto, Sr. Presidente, aqui registro os meus cumprimentos a esse eminente homem público. Aliás, quem deve ser cumprimentado primeiramente é o povo brasileiro, porque, na verdade, essa é uma vitória de toda a sociedade brasileira, da inteligência brasileira; é um ato de afirmação da nossa nacionalidade no cenário internacional.

Sr. Presidente, encerro aqui o primeiro registro que gostaria de fazer nesta sessão.

Peço licença aos Srs. Senadores para abordar um outro tema, diverso do primeiro.

O Congresso Nacional tem ainda pela frente uma semana em que, especificamente no Senado, não existem matérias que justifiquem sessões deliberativas; na Câmara dos Deputados há algumas Comissões em pleno funcionamento; deverá haver alguma sessão plenária.

Pelos prazos regimentais, é provável que, após o dia 18 – portanto, daqui a uma semana -, tanto o Senado quanto a Câmara retomem suas atividades a plena carga. Matérias da maior importância deverão ter cumprido os seus prazos regimentais e, provavelmente, estarão na Ordem do Dia da Câmara e do Senado.

No caso específico do Senado Federal, temos algumas matérias que, fatalmente, irão despertar a atenção de todos os Senadores, pela sua relevância na vida pública nacional. Poderíamos, por exemplo, lembrar a reforma da Previdência Social, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que deverá ter, ainda este ano, a sua discussão e votação no Senado Federal. Poderíamos lembrar também o projeto de reforma política. Uma Comissão Especial já tem o relatório para a discussão e votação da matéria e já está produzindo, na imprensa nacional, os comentários pertinentes acerca desses aprimoramentos relativos à vida política que deseja o Senado implementar.

Mas eu gostaria de registrar que, entre todos esses assuntos, existe uma matéria que está no Senado Federal, a qual, fatalmente, deverá merecer a atenção de todos nós, Senadores, e que é fundamental para o País. Trata-se da reforma agrária. Todos nós temos assistido, infelizmente, aos conflitos de terra no Brasil, entre aqueles que desejam um pedaço de terra para plantar e posseiros, invasores, latifundiários improdutos.

Está colocado no País o problema da terra: Vivemos um momento na vida brasileira em que temos democracia, estabilidade econômica, um projeto de País. Não se pode, de forma nenhuma, tapar o sol com a peneira, fingir que esse problema não existe. Ele existe, está colocado, e nós, que temos responsabilidade pelos destinos do Brasil, devemos contribuir para a busca de alguma solução.

Não me posicione entre aqueles que, radicalmente, de um lado ou de outro, desejam precipitadamente a reforma agrária ou desejam impedir esse projeto. Coloque-me entre os brasileiros que desejam uma reforma agrária pacífica, com base institucional.

Mas como se pode fazer uma reforma agrária justa, pacífica, se não existe a base institucional? Importantes setores de opinião pública deste País cobram, cada vez mais, do Governo Federal e de governos estaduais a solução para o problema de terra no Brasil.

O Sr. Ademir Andrade – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Com o maior prazer, Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade – Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a tem razão: é preciso haver uma base institucional. Mas é preciso mais do que isso: vontade política, o que, infelizmente, o Presidente da República não tem demonstrado. Acompanho, **pari passu**, o processo de reforma agrária, até porque tenho uma ligação muito grande com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e com toda essa luta, da qual se originou a minha vida política. Somente numa região do meu Estado existem 150 processos de desapropriação em andamento, em que os próprios proprietários estão tranquilos em entregar à União as terras e dela receber, evidentemente, a indenização ou o direito que têm. Outros proprietários, antes mesmo de terem suas terras invadidas, estão propondo entregá-las, porque sabem que não conseguem ter o domínio de tamanhas áreas que possuem, que o Governo, em tempos passados, a eles entregou. Muitos, financiados pela Sudam, abandonaram os projetos, aplicaram os recursos em outras regiões do País, o que fez com que suas terras fossem invadidas. Hoje, são eles que estão atrás do Governo para entregar essas terras; algumas invadidas, outras, não. E não percebemos, Senador José Roberto Arruda, nenhuma vontade do Presidente da República nesse sentido. O Incra vive num estado de miséria; não tem dinheiro nem para mandar um funcionário fazer uma vistoria em uma determinada área. Pessoas já morreram no meu Estado por falta de R\$2 mil; acordos foram feitos entre fazendeiros e proprietários; os posseiros retiraram-se, esperando a vistoria do Incra, que não a fez, já tendo se passado dois meses – isso ocorreu no Município de São João do Araguaia, no Pará, em que os posseiros voltaram à área e o fazendeiro, acompanhado de pistoleiros, liquidou com alguns deles; outros, foram presos. Na verdade, não há vontade política do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em resolver o problema. Não se destina recurso para a reforma agrária. O Ministro Raul Jungmann, que assumiu, salvo engano, há seis ou sete meses, não conseguiu desapropriar uma única área de terra no meu Estado, até agora. Houve uma emissão de posse. Atualmente, S. Ex^a está atendendo à criação de uma nova superintendência; o Pará terá duas superintendências do Incra. Creio que, neste momento, a questão básica é recurso, é dinheiro, e isso o Governo não tem enxergado nem visto e nem olhado, infelizmente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Agradeço o aparte do Senador Ademir Andrade, mas repilo, com veemência, a observação de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem o desejo de fazer a reforma agrária. Sua Excelência tem uma história de vida – que V. Ex^a conhece bem – voltada exatamente para a correção dessas injustiças sociais.

Ao fazer o aparte, V. Ex^a, ao mesmo tempo em que colocou o problema, deu o diagnóstico sobre o qual precisamos fazer uma reflexão. Será que está certo que latifundiários deste País, que tiveram, nos últimos anos, através de uma política de ocupação de terra absolutamente equivocada, com incentivos da Sudam, com recursos subsidiados para comprar e tomar conta de grandes dimensões de terra – e eles próprios pegaram esses recursos, como V. Ex^a bem sublinhou, e investiram em outras áreas de atividades, não gerando empregos e nem produção naquelas terras –, agora venham a Brasília, como se o Governo Federal fosse uma grande viúva rica – pelo contrário, é uma viúva pobre – e digam que, para deixar aquelas terras, exigem mais dinheiro de volta?

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a meu ver, este País precisa repensar institucionalmente a questão da reforma agrária. Defendo que, ao invés de se simplificar o problema, dizendo que o Governo precisa colocar mais dinheiro – e aí V. Ex^a tem razão, pois precisa mesmo – devemos apresentar emendas ao Orçamento que vigorará em 97 para que o Incra tenha recursos. Não sei quantas emendas V. Ex^a apresentou nesse sentido, mas tenho certeza de que V. Ex^a deve ser signatário de algumas. Cabe a nós, Parlamentares, definirmos o Orçamento de 1997. Vamos todos abrir mão de algumas emendas individuais, muitas das quais paroquiais sem conseqüência, e vamos, juntos, fazer emendas para destinar dinheiro para a reforma agrária. Nisso, V. Ex^a e eu estaremos no mesmo campo.

Mais do que isso, poderíamos pensar de forma suprapartidária. Há algumas matérias em exame nas duas Casas do Congresso Nacional. Por exemplo: encontra-se na Câmara, para discussão, o rito sumário, que pode simplificar muito o andamento dos processos que têm grande demora, como V. Ex^a, com razão, colocou. O processo de indenização no Brasil, ainda nos casos mais simples e mais lógicos, é extremamente demorado.

Outra questão: será que não poderíamos estipular – e esta seria uma proposta para pensarmos juntos – que determinadas áreas improdutivas, acima de um tamanho a ser fixado, tenham desapropriação automática para assentamentos? Mas não podemos correr o risco de simplificar a reforma agrária. V. Ex^a, que vem do Pará, tem consciência disso. O seu Estado é um dos mais conflagrados por esses movimentos, e lá o problema da terra é grave, justamente no Pará, onde há uma dimensão tão grande

de terras férteis, próprias para assentamentos. Mas, como dizia, não podemos resumir a reforma agrária apenas na questão da terra e, daí, mais uma vez, a necessidade de recursos.

Alguns países do mundo, que fizeram a reforma agrária colocando as pessoas apenas com terra, não conseguiram obter bons resultados. É preciso mais do que isso. É preciso condições de plantio, de educação, de implementos agrícolas, de armazenamento, de transporte. É necessário que essas pessoas, que querem trabalhar na terra, tenham condições próprias para criarem suas famílias e fazerem parte do sistema produtivo nacional.

De outro lado, não se pode descobrir, tirar o apoio do setor agrícola brasileiro, que produz alimentos para toda a população brasileira. Temos, na verdade, um grande número de fazendeiros, agricultores, de proprietários de terra que cumprem uma missão econômica e social da maior importância, porque plantam, porque geram empregos, porque dão alimentos ao País. Mas também há alguns proprietários de terras, como V. Ex^a citou: os casos dos beneficiários de projetos da Sudam, muitos dos quais sequer investiram os recursos em suas terras, e, obviamente, tiveram suas terras invadidas.

Ora, o que clamo aqui – e penso que traduzo o pensamento comum de todos os Senadores, e o Senador Ademir Andrade, egresso desse movimento, estará conosco nesse alerta – é que nós, Senadores, não podemos esquecer que se encontram no Senado Federal alguns projetos relativos à matéria da reforma agrária e que precisam ser analisados por esta Casa.

Penso que, a partir do dia 15, apreciaremos matérias de relevância e de importância para a sociedade brasileira. Por isso é fundamental que todos nós, com o equilíbrio e a sensatez que a sociedade espera desta Casa, nos debruçemos na discussão e votação dessas matérias que aqui se encontram. Para quê? Para que o Governo Federal tenha, minimamente, arcabouço jurídico e institucional para a sua atuação.

O Ministro Raul Jungmann, que foi citado aqui, é um homem com visão progressista. Tem conseguido, em alguns setores, fazer avanços grandes no caminho da reforma agrária, justa e pacífica, que desejamos. Mas, por outro lado, sem os instrumentos solicitados ao Congresso Nacional, não só pelo Governo Federal, mas pela sociedade brasileira como um todo, é claro que a reforma agrária não poderá caminhar na velocidade que todos desejamos.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui este registro: o nosso desejo de que essas matérias, relativas ao projeto de reforma agrária, saiam do papel, e que os conflitos diminuam, pela ação prática do assentamento de agricultores.

É preciso, é fundamental, que o Senado Federal, como a mais alta Casa Legislativa deste País, se

pronuncie sobre as matérias que aqui estão para serem examinadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Senador José Roberto Arruda, a Presidência deseja também manifestar a satisfação com relação ao seu primeiro registro no dia de hoje: a eleição do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, para integrar a Corte Internacional de Haia.

Rui Barbosa foi um dos brasileiros que honram aquela Corte Internacional.

Assim, esta Presidência também deseja homenagear a figura do homem público honesto, transparente e competente, que é o Sr. Ministro Francisco Rezek. E esta Presidência, homenageando o Sr. Ministro Francisco Rezek, está homenageando o nosso País.

Parabéns a V. Exª pela oportunidade que nos deu, ao fazer esse registro aqui, no Senado Federal.

Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós haveremos de provar, em breve, que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso gasta mais dinheiro com propaganda do que com reforma agrária. É por essa razão que estou apresentando um pedido de informação à Casa, que faço questão de ler neste momento:

"Sr. Presidente, ao ter procurado no Siafi os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na administração do atual Presidente, nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca, se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Um dos dois seguintes fatores deve estar causando esta contradição: ou as emissoras estão trabalhando gratuitamente para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram os seus dados no Siafi.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação deste País. Tanto é que a administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda),

conforme quadro abaixo retirado do Siafi/94, que aponta despesas de R\$3,6 milhões só nos órgãos que escrituraram no Siafi."

Trago, Sr. Presidente, o quadro do Siafi da conta a qual fiz referência, do ano de 1994, e, inacreditavelmente, trago os dois quadros de 1995 e de 1996. No final desse quadro, existe uma observação que consigna: "Não existe informação para esse pedido". Isso ocorre tanto no quadro relativo ao ano de 1995, quanto no relativo ao ano de 1996. Portanto, pela contabilidade do Governo, nada foi gasto em propaganda.

"Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requiero a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados aos Ministros de Estado das Comunicações, da Fazenda, do Planejamento, da Saúde, da Previdência Social e da Educação os seguintes dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados."

É uma pena, Sr. Presidente, que o nosso ilustre "imperador" Fernando Henrique Cardoso esteja omitindo informações de gastos com propaganda do seu Governo ou esteja usando de meios não corretos para efetuar-los.

É isso que queremos descobrir com este nosso pedido de informação que espero seja devidamente esclarecido ao Congresso Nacional.

Tenho certeza absoluta de que, se esses dados vierem a esta Casa de maneira correta, haveremos de provar que o Presidente da República gasta mais com propaganda do que com reforma agrária.

Quanto à reforma agrária, não falta só dinheiro para a desapropriação, falta também para as coisas mais simples, para os compromissos que o Governo assumiu ao regularizar determinados assentamentos.

Na verdade, desconheço, nesses últimos 20 anos de Governo do Brasil, um único assentamento feito por iniciativa do Poder Executivo. Desafio o Governo a apresentá-los. Todos os assentamentos são regularizações da situação de conflito provocado pelos trabalhadores rurais; ou seja, esses trabalhadores

ocupam a terra, e o Governo vai resolver o problema daquela ocupação, retirando as terras do proprietário e tentando assumir o compromisso de levar àquelas ocupações as estradas, os postos médicos, as escolas, enfim, as necessidades para que a população permaneça naquele local. Mas falta dinheiro para isso.

No meu Estado, no ano passado, colocamos no Orçamento cerca de R\$20 milhões; foram feitos convênios com as prefeituras municipais para aplicação desses recursos por um custo, evidentemente, muito menor. Enquanto as empreiteiras estavam cobrando cerca de R\$20 mil por um quilômetro de estrada vicinal, as prefeituras tinham condições de fazê-lo por R\$3 mil.

Às vésperas de esse dinheiro sair, o Governo, mais uma vez, não contingenciou os recursos, não permitiu que fossem alocados. O resultado disso é que, em função do prazo eleitoral, em função da proibição de fazer convênios do dia 30 de junho até agora, há alguns meses após a eleição, o Governo fez com que esses convênios não fossem realizados, e os serviços não fossem prestados àqueles trabalhadores rurais.

Os recursos que estão sendo destinados ao In-cra são insignificantes, e o que falta, na verdade, é vontade política do Presidente da República, é enxergar o problema e destinar recursos para resolvê-los.

Com relação à questão institucional, há que se levar em conta que são os partidos que dão sustentação ao Governo nesta Casa, os partidos conservadores, que impedem a aprovação dessas leis que poderiam facilitar a reforma agrária. A própria lei do rito sumário permanece ainda na Câmara dos Deputados, ainda não foi aprovada naquela Casa. Basicamente, ela está sendo retida pelos Deputados Federais do PFL e do PTB. São eles que não estão deixando aprovar a referida lei que está tramitando na Câmara dos Deputados.

Portanto, é muito fácil falar aqui em mudar a questão institucional da reforma agrária, quando se faz parte da base de um Governo que faz questão de que isso não aconteça. São os partidos aliados do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os mais conservadores, que impedem a realização da reforma agrária em nosso País.

Encaminho este pedido de informação à Mesa, esperando que o Governo mostre como e quanto está gastando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Esgotada a lista de oradores.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 656/96

Brasília, 6 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Marluce Pinto, como membro titular, em substituição ao Senador Silva Júnior, que deverá permanecer na condição de suplente na vaga da indicada, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Colho a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Nabor Júnior**, Líder do PMDB em exercício.

OF. Nº 680/96-GLPFL

Brasília, 7 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito sejam substituídos os Senadores Edison Lobão e Vilson Kleinübing pelos Senadores Joel de Hollanda e Francelino Pereira, respectivamente, como titulares, na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.526, de 5 de novembro de 1996.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Líder do PFL em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.061, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 172, Inciso I, do Regimento Interno, requeiro a inclusão em ordem do Dia do Projeto de lei do Senado nº 216 de 1995, de minha autoria sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais acha-se esgotado.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador **João França**.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, após a manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.062, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)			
DATA CONSULTA: 07NOV96		HORA: 12:38:29	
D E T A L H A		B A L A N C E T E	
GESTAO : 10000 - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		TELA: 001	
MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO		POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS	
CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL R\$
3.3.4.9.0.34.00 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA			
	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D
3.3.4.9.0.34.01 - PUBLICIDADES			
	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D
3.3.4.9.0.34.02 - PROPAGANDA			
	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D
3.3.4.9.0.34.90 - INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI			
	10.172,81	0,00	36.792,84D
3.3.4.9.0.34.96 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO			
	317,62	0,00	13.912,31D
3.3.4.9.0.34.98 - RESTOS A PAGAR			
	299.523,90	0,00	299.523,90D

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAC/SUBORGAO :	
ORGACS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	DEZ 95
TOTAIS POR CLASSE:	N
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$	4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.)	

SIAFI96-CONTABIL,DEMONSTRA,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
USUARIO: HIPOLITO	
ORGAC/SUBORGAO :	
ORGACS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	NOV 96
TOTAIS POR CLASSE:	N
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$	4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.)	

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requiero a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição

Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda os seguintes dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.063, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das

estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)

DATA CONSULTA: 07NOV96

HORA: 12:38:29

DETA L H A B A L A N C E T E

TELA: 001

GESTAO : 10000 - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO

POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS

CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL	R\$
3.3.4.9.0.34.00 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D	
3.3.4.9.0.34.01 - PUBLICIDADES				
	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D	
3.3.4.9.0.34.02 - PROPAGANDA				
	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D	
3.3.4.9.0.34.90 - INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI				
	10.172,81	0,00	36.792,84D	
3.3.4.9.0.34.96 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO				
	317,62	0,00	13.912,31D	
3.3.4.9.0.34.98 - RESTOS A PAGAR				
	299.523,90	0,00	299.523,90D	

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAO/SUBORGAO :	
ORGACS SUBORDINADOS : ... (S/N)	
TIPO ADMINISTRACAO :	TIPOS ADMINISTRACAO:
UG :	1-ADMINISTRACAO DIRETA
GESTAO : 10000	3-AUTARQUIA
CONTA : 334903400	4-FUNDACAO
	5-EMPRESA PUBLICA
	6-ECONOMIA MISTA
	7-FUNDO ESPECIAL
MES/ANO : DEZ 95	GESTAO:
TOTAIS POR CLASSE: N	NNNN-CODIGO DA GESTAO
	*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)
AMPLITUDE : 4	
1 - SO PAIS EM R\$	2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$	4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.	

SIAFI96-CONTABIL, DEMONSTRA, DETABALAN (DETALHA BALANCETE)		USUARIO: HIPOLITO
ORGAO/SUBORGAO :	_____	
ORGAOS SUBORDINADOS :	_____ (S/N)	
TIPC ADMINISTRACAO :	_____	TIPOS ADMINISTRACAO:
UG :	_____	1-ADMINISTRACAO DIRETA
GESTAO :	10000	3-AUTARQUIA
CONTA :	334903400	4-FUNDACAO
MES/ANO :	NOV 96	5-EMPRESA PUBLICA
TOTAIS POR CLASSE: N		6-ECONOMIA MISTA
AMPLITUDE :	4	7-FUNDO ESPECIAL
1 - SO PAIS EM R\$		GESTAO:
3 - SO EXTERIOR EM R\$		NNNN-CODIGO DA GESTAO
		*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)
		2 - SO EXTERIOR EM US\$
		4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426) NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.		

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requiero a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Educação os seguintes dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.064, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que, até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB, CONSULTAS, DETABALAN (DETALHA BALANCETE)

DATA CONSULTA: 07NOV96

HORA: 12:38:29

DETA L H A B A L A N C E T E

TELA: 001

GESTAO : 10000 - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO

POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS

CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL	R\$
3.3.4.9.0.34.00 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D	
3.3.4.9.0.34.01 - PUBLICIDADES				
	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D	
3.3.4.9.0.34.02 - PROPAGANDA				
	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D	
3.3.4.9.0.34.90 - INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI				
	10.172,81	0,00	36.792,84D	
3.3.4.9.0.34.96 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO				
	317,62	0,00	13.912,31D	
3.3.4.9.0.34.98 - RESTOS A PAGAR				
	299.523,90	0,00	299.523,90D	

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGÃO/SUBÓRGÃO :	
ÓRGÃOS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRAÇÃO :	
UG :	
GESTÃO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	DEZ 95
TOTAIS POR CLASSE:	N
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	
3 - SO EXTERIOR EM R\$	
TIPOS ADMINISTRAÇÃO:	
1-ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
3-AUTARQUIA	
4-FUNDAÇÃO	
5-EMPRESA PÚBLICA	
6-ECONOMIA MISTA	
7-FUNDO ESPECIAL	
GESTÃO:	
NNNN-CODIGO DA GESTÃO	
*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)	
2 - SO EXTERIOR EM US\$	
4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$	
(0426) NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.	

SIAFI96-CONTABIL,DEMONSTRA,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGÃO/SUBÓRGÃO :	USUARIO: HIPOLITO
ÓRGÃOS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRAÇÃO :	
UG :	
GESTÃO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	NOV 96
TOTAIS POR CLASSE:	N
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	
3 - SO EXTERIOR EM R\$	
TIPOS ADMINISTRAÇÃO:	
1-ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
3-AUTARQUIA	
4-FUNDAÇÃO	
5-EMPRESA PÚBLICA	
6-ECONOMIA MISTA	
7-FUNDO ESPECIAL	
GESTÃO:	
NNNN-CODIGO DA GESTÃO	
*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)	
2 - SO EXTERIOR EM US\$	
4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$	
(0426) NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.	

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requiro a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Previdência os seguintes

dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das

estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)				
DATA CONSULTA: 07NOV96		HORA: 12:38:29		
		D E T A L H A B A L A N C E T E		TELA: 001
GESTAO : 10000		- ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO		POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS		
CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL	R\$
3.3.4.9.0.34.00 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D	
3.3.4.9.0.34.01 - PUBLICIDADES	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D	
3.3.4.9.0.34.02 - PROPAGANDA	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D	
3.3.4.9.0.34.90 - INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI	10.172,81	0,00	36.792,84D	
3.3.4.9.0.34.96 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO	317,62	0,00	13.912,31D	
3.3.4.9.0.34.98 - RESTOS A PAGAR	299.523,90	0,00	299.523,90D	

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAO/SUBORGAO :	
ORGaos SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPC ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	DEZ 95
TOTAIS POR CLASSE: N	
AMPLITUDE- : 4	
1 - SO PAIS EM R\$	2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$	4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.	

SIAFI 96-CONTABIL, DEMONSTRA, DETABALAN (DETALHA BALANCETE)		USUARIO: HIPOLITO
ORGÃO/SUBÓRGÃO :		
ORGÃOS SUBORDINADOS :	(S/N)	
TIPO ADMINISTRAÇÃO :		
UG :		
GESTÃO :	10000	TIPOS ADMINISTRAÇÃO: 1-ADMINISTRAÇÃO DIRETA 3-AUTARQUIA 4-FUNDAÇÃO 5-EMPRESA PÚBLICA 6-ECONOMIA MISTA 7-FUNDO ESPECIAL
CONTA :	334903400	
MES/ANO :	NOV 96	GESTÃO: NNNNN-CODIGO DA GESTÃO *****-TODAS (EXCETO A TESOIRO)
TOTAIS POR CLASSE:	N	
AMPLITUDE :	4	
1 - SO PAIS EM R\$		2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$		4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426) NÃO EXISTE INFORMAÇÃO PARA ESTE PEDIDO.		

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requiero a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado do Planejamento os seguintes dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.066, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)

DATA CONSULTA: 07NOV96

HORA: 12:38:29

DETA L H A B A L A N C E T E

GESTAO : 10000 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

TELA: 001

MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO

POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS

CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL	R\$
3.3.4.9.0.34.00 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D	
3.3.4.9.0.34.01 - PUBLICIDADES				
	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D	
3.3.4.9.0.34.02 - PROPAGANDA				
	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D	
3.3.4.9.0.34.90 - INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI				
	10.172,81	0,00	36.792,84D	
3.3.4.9.0.34.96 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO				
	317,62	0,00	13.912,31D	
3.3.4.9.0.34.98 - RESTOS A PAGAR				
	299.523,90	0,00	299.523,90D	

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAC/SUBORGAO :	
ORGAOS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	DEZ 95
TOTAIS POR CLASSE: N	
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	
2 - SO EXTERIOR EM R\$	
TIPOS ADMINISTRACAO:	
1-ADMINISTRACAO DIRETA	
3-AUTARQUIA	
4-FUNDACAO	
5-EMPRESA PUBLICA	
6-ECONOMIA MISTA	
7-FUNDO ESPECIAL	
GESTAO:	
NNNNN-CODIGO DA GESTAO	
*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)	
2 - SO EXTERIOR EM US\$	
4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$	
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.)	

SIAFI96-CONTABIL,DEMONSTRA,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAC/SUBORGAO :	
ORGAOS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	NOV 96
TOTAIS POR CLASSE: N	
AMPLITUDE :	4
1 - SO PAIS EM R\$	
3 - SO EXTERIOR EM R\$	
TIPOS ADMINISTRACAO:	
1-ADMINISTRACAO DIRETA	
3-AUTARQUIA	
4-FUNDACAO	
5-EMPRESA PUBLICA	
6-ECONOMIA MISTA	
7-FUNDO ESPECIAL	
GESTAO:	
NNNNN-CODIGO DA GESTAO	
*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)	
2 - SO EXTERIOR EM US\$	
4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$	
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.)	

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requero a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Saúde os seguintes dados

sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 1996

Sr. Presidente:

Ao ter procurado no SIAFI os gastos governamentais com publicidade e propaganda, causou-me espanto e surpresa ter observado que, na Administração do atual Presidente nada se gastou com aqueles elementos de despesa.

O espanto fica por conta do fato de que, ao que parece, mais do que nunca se vêem propagandas de televisão veiculando temas de natureza pública.

Uma dos dois fatores deve estar causando essa contradição: ou as emissoras estão trabalhando de graça para o Governo ou o Executivo está gastando por meio de instituições que não registram seus dados no SIAFI.

É óbvio que não podemos acreditar na primeira opção, pelo que passo a crer que o Governo tem-se utilizado do fato de que a contabilidade das

estatais não está disponível ao Congresso, para, por meio delas, financiar os meios de comunicação.

Tanto é que até a Administração anterior, 1994, ainda havia, mesmo que em volume residual, saldo na conta contábil 3.34.90.34 (Despesas com Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, retirado do SIAFI94, que aponta para despesas de 3,6 milhões de Reais só nos órgãos que escrituram no SIAFI:

SIAFI94-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)

DATA CONSULTA: 07NOV96

HORA: 12:38:29

DETA L H A B A L A N C E T E

TELA: 001

GESTAO : 10000 - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MES: DEZEMBRO DE 1994 - ENCERRADO

POSICAO ATE: 26MAR95 AS 16:24 HS

CONTA	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL	R\$
3.3.4.9.0.34.00	- PUBLICIDADE E PROPAGANDA			
	1.660.776,81	78.588,34	3.633.801,72D	
3.3.4.9.0.34.01	- PUBLICIDADES			
	506.582,75	3.158,01	1.271.410,72D	
3.3.4.9.0.34.02	- PROPAGANDA			
	822.717,09	47.437,50	2.025.720,30D	
3.3.4.9.0.34.90	- INTEGR. DADOS ORGAOS E ENTID. PARCIAIS SIAFI			
	10.172,81	0,00	36.792,84D	
3.3.4.9.0.34.96	- PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PAGTO ANTECIPADO			
	317,62	0,00	13.912,31D	
3.3.4.9.0.34.98	- RESTOS A PAGAR			
	299.523,90	0,00	299.523,90D	

Já em 1995 e 1996, o mesmo pedido no SIAFI traz como resposta a informação de que não há dados na referida conta, conforme quadros abaixo:

SIAFI95-CONTAB,CONSULTAS,DETABALAN (DETALHA BALANCETE)	
ORGAO/SUBORGAO :	
ORGACS SUBORDINADOS :	(S/N)
TIPO ADMINISTRACAO :	
UG :	
GESTAO :	10000
CONTA :	334903400
MES/ANO :	DEZ 95
TOTAIS POR CLASSE: N	
AMPLITUDE :	4
1-- SO PAIS EM R\$	2 - SO EXTERIOR EM US\$
3 - SO EXTERIOR EM R\$	4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426 NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.	

___ SIAFI96-CONTABIL, DEMONSTRA, DETABALAN (DETALHA BALANCETE)		USUARIO: HIPOLITO
ORGAO/SUBORGAO :	_____	
ORGACS SUBORDINADOS :	_____ (S/N)	
TIPO ADMINISTRACAO :	_____	TIPOS ADMINISTRACAO:
UG :	_____	1-ADMINISTRACAO DIRETA
GESTAO :	10000	3-AUTARQUIA
CONTA :	334903400	4-FUNDACAO
MES/ANO :	NOV 96	5-EMPRESA PUBLICA
TOTAIS POR CLASSE: N		6-ECONOMIA MISTA
AMPLITUDE :	4	7-FUNDO ESPECIAL
1 - SO PAIS EM R\$		GESTAO:
3 - SO EXTERIOR EM R\$		NNNN-CODIGO DA GESTAO
		*****-TODAS (EXCETO A TESOURO)
		2 - SO EXTERIOR EM US\$
		4 - GLOBAL (PAIS + EXTERIOR) EM R\$
(0426) NAO EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.		

Isto posto e uma vez que tal prática apresenta todos os contornos de sonegação de informações, requeiro a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações os seguintes dados sobre os gastos com publicidade e propaganda de cada estatal vinculada ao respectivo ministério:

1. valor gasto mês a mês, desde janeiro de 1993, incluindo o objetivo de cada campanha, bem como nome de cada empresa que veiculou a propaganda e o valor recebido por cada uma delas;
2. motivo pelo qual não se usam dotações orçamentárias que tornem transparentes tais gastos;
3. razões de utilidade ou necessidade dos gastos realizados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1996. – Senador
Ademir Andrade.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Os requerimentos que acabam de serem lidos vão ao exame da Mesa Diretora.

A Sr^a Senadora Benedita da Silva e o Sr. Senador Odacir Soares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto personagens do governo federal debatem-se numa queda de braço pelo poder de mando e pela sucessão da pasta do Ministério da Saúde; enquanto o governo do Rio de Janeiro centra seus esforços para vencer o segundo turno das eleições à prefeitura carioca, acompanhamos, incrédulos, pasmos, uma realidade que insiste em tomar-se uma rotina macabra, a qual vimos denunciando diuturnamente da tribuna dessa Casa e sobre a qual temos nos debruçado sem medir esforços, nas Comissões Especiais, visando contribuir para o seu fim.

Como se não bastasse o Inferno dos idosos condenados à morte na Clínica Santa Genoveva, no Rio; como se não bastasse o horror dos pacientes sujeitos à diálise na Clínica de Caruaru, em Pernambuco; como se fosse pouco a morte prematura de 35 recém-nascidos numa clínica em Roraima; o Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói, une-se ao cenário perverso que compõe o quadro tenebroso da saúde pública, nesse país rico e portentoso.

Dos últimos 15 dias para cá, 11 crianças recém-nascidas morreram no berçário daquela instituição, vítimas de infecção generalizada. O berçário, que tem capacidade para atender 34 crianças, já chegou a ter 61 num mesmo dia. Consta que na sexta-feira passada, das 25 crianças internadas no berçário, 19 estavam com infecção.

A superlotação e a falta de uma equipe médica adequada são os fatores que mais assustam os profissionais de qualquer instituição de saúde. Primeiro, porque um berçário convive com uma população "x" de bactérias, mas quando ele está atendendo muito acima da sua capacidade, como é o caso do Hospital Antônio Pedro, essa população de bactérias aumenta até o ponto de não ser possível controlá-la. Daí a infecção se alastra. Segundo, porque sem uma equipe adequada fica praticamente impossível atender adequadamente aos pacientes, e o que se verifica é um "tapa o sol com a peneira", um "corre-corre", uma improvisação perigosa. Não é diferente com o Hospital Antônio Pedro.

Fala-se em interditar o berçário. Fechá-lo até que se resolva a situação. Busca-se vagas em outros hospitais para os bebês que permanecem no Antônio Pedro, com risco de contaminação. Espera-se o documento sintetizador, elaborado pela fiscalização sanitária estadual, que apontará efetivamente a causa ou as causas das 11 mortes. Essas soluções e encaminhamentos seriam válidos se o ocorrido fosse um fato isolado. Mas na realidade, adquirem um perfil quase que mecânico, quase que burocrático, num país onde morrer num leito por falta de cuidados adequados virou coisa corriqueira.

A interdição é um paliativo. Para onde serão mandados os recém-nascidos que já estão internados, a maioria com risco de vida, e os que fatalmente necessitarão de atendimento no futuro? Não seria mais político (na verdadeira essência da palavra), mais eficaz, mais inteligente, o efetivo encaminhamento de recursos financeiros adequados para fazer frente às necessidades materiais, de espaço, infraestrutura e equipamentos, viabilizando uma qualidade razoável no atendimento? Da mesma forma, no que diz respeito à questão dos profissionais da área da saúde (que no Brasil são poucos e mal remunerados e que em qualquer país decente são suficientes e bem pagos para garantir a qualidade do atendimento).

De que adianta adiar decisões que poderiam verdadeiramente reverter esse estado lastimável das coisas?

Não seria mais eficaz intensificar a fiscalização, tomá-la um verdadeiro instrumento dentro de uma política de prevenção, para evitar que tantas vidas se perdessem? Não seria mais ético, mais humano, menos oneroso?

Considerando a cruel realidade, pode-se traçar uma projeção, não menos cruel, mas despida da ilusão: a continuar tal situação, o Brasil não estará se acostumando a conviver com essas pequenas câmaras de horrores?

Não precisamos aguardar o resultado do laudo que trará as conclusões sobre as mortes para saber que acima de tudo o que vem ocorrendo entre as paredes da saúde pública no Brasil é puramente uma questão política. Não importa o regime político. Tampouco as riquezas acumuladas. Não importa se o meu país é uma potência econômica ou se o Seu PIB é modesto. Importa a prioridade, a visão política, importa perceber o futuro e o sentido de uma Nação.

Infelizmente a vida da população (leia-se tão-somente dos extratos pobres) no Brasil, ainda não mereceu a atenção e o valor dos nossos governan-

tes. Por eles, pode-se deixá-la sucumbir, mês após mês. Esvai-se a vida humana dessa Nação sofrida como uma fatalidade que não se pode reverter. Fico me perguntando: Que rumo seria dado ao assunto, que providências seriam tomadas, quão escandalizadas e mobilizadas estariam nossas autoridades se por acaso ocorressem três casos igualmente escabrosos em hospitais classe "A"?

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada!

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais noticiaram, há poucas semanas, o lançamento do Projeto REFORSUS – Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde, no valor de R\$650 milhões.

Tal projeto, que pretende recuperar a capacidade operacional e gerencial do Sistema Único de Saúde – SUS, parte do pressuposto de que a Reforma Sanitária brasileira, desde seu início tem como objetivos:

- 1) a expansão da cobertura, até torná-la universal;
- 2) a racionalização dos recursos físicos, humanos e financeiros do setor;
- 3) a redução das iniquidades do sistema;
- 4) a integralidade da atenção à saúde; e
- 5) uma descentralização com ampla participação social, que possibilite intervenções mais oportunas e adequadas a cada realidade.

No entender do governo, muitos desses objetivos já foram alcançados, pelo menos em parte, como a incorporação à legislação do direito universal à saúde; a compreensão e busca da integralidade na atenção; a descentralização com participação e controle social; e a tendência à redução, ainda que insuficiente, das iniquidades.

Entretanto, forçoso é reconhecer a existência de muitas dificuldades e entraves à plena operacionalização do Sistema Único de Saúde, de seus princípios e diretrizes.

Para o Ministério da Saúde, uma das principais dificuldades é a de consolidar o processo de descentralização, que, apesar da igualdade jurídico-administrativa das esferas do governo, é prejudicado pelas diferenças sócio-econômicas, epidemiológicas e de serviços de saúde existentes no País; pelo centralismo histórico do aparato governamental; e pela cultura centralizadora da sociedade.

Outras dificuldades envolvem:

- a insuficiência de recursos/para enfrentar as necessidades de atenção universal e equânime;
- a deteriorização da capacidade técnico-gerencial dos organismos gestores, em todos os níveis

de governo, com carência de instrumentos gerenciais de aplicação descentralizada que garantam o desempenho pleno das diretrizes e atribuições fixadas para o funcionamento do SUS;

- a perda da ênfase, nos últimos cinco anos, na construção da rede regionalizada e hierarquizada de serviços de saúde;

- o desenvolvimento de um sistema de atenção médico-sanitária com profundas distorções e com prioridades invertidas;

- as restrições de atuação dos órgãos gestores do subsetor sob financiamento público, sem controle do segmento dito privado, "autônomo" ou supletivo.

Em consequência, concluem as autoridades da área ser essencial a adoção imediata de ações voltadas à constituição de sistemas regionalizados e hierarquizados que efetivamente funcionem, e venham a garantir o acesso aos serviços e promover a equidade do sistema.

Tais ações, de caráter específico, devem visar a recuperação e a adequação da capacidade operativa da rede assistencial, o desenvolvimento gerencial das instâncias administrativas e a redefinição dos perfis de especialização e complexidade das unidades e redes de saúde, bem como sua recuperação física e reequipamento.

Sendo este um esforço de grande envergadura e que exige a mobilização de uma estrutura técnica e financeira e de um processo cooperativo, o governo optou por solicitar a colaboração de organismos financeiros internacionais para execução do Projeto Reforço à Reorganização do Sus – REFORSUS, que busca potencializar algumas das ações programadas pelo Ministério da Saúde, constantes dos objetivos institucionais mencionados.

Para seus formuladores, a relevância do Reforsus assenta-se na visão de que o reforço ao desenvolvimento do SUS compreende ações de natureza variada, tanto na área finalística quanto nas áreas meio, e que, dentre este amplo leque de intervenções, aquelas a serem executadas no âmbito do Projeto, definidas prioritariamente pelo Ministério da Saúde como ações voltadas para a recuperação da capacidade instalada e gerencial do sistema, preenchem uma lacuna na organização e implementação do SUS e apresentam um efeito multiplicador.

Ainda segundo o governo, a decisão de implementar um projeto dessa envergadura justifica-se num contexto de significativas transformações sofridas pelo sistema de saúde em nosso País, visíveis nas mudanças ocorridas no arcabouço jurídico-institucional e na expansão e complexidade da rede de

serviços de saúde, que têm trazido tensões de natureza variada, tanto relativas ao acomodamento de atribuições e competências entre as três esferas de governo, decorrentes do processo de unificação e descentralização das ações de saúde, quando da elevação contínua dos custos com assistência médica, principalmente pela incorporação de novas tecnologias.

A experiência revela que, do ponto de vista institucional, têm-se multiplicado e tornam-se bastante heterogêneas as formas de organização do sistema de saúde nos níveis estaduais e municipais, resultando num paradoxal processo marcado simultaneamente pelo surgimento de experiências locais e regionais bem sucedidas e pela frustração parcial dos esforços para assegurar a implantação universal dos princípios básicos de transformação do sistema.

O próprio governo reconhece que, nesta etapa de Implantação do SUS, os gestores dispõem de poucos instrumentos que lhes possibilitem uma ação gerencial mais efetiva sobre o sistema de saúde, particularmente na correção de eventuais pontos de estrangulamento do acesso dos usuários ou na implementação de ações estratégicas capazes de gerar impactos epidemiológicos positivos.

Ademais, no sentir do governo, além da incipiente demarcação dos papéis institucionais na gerência do SUS, o sistema tem-se deparado com a precariedade das instalações do parque assistencial, depauperado tanto nos seus aspectos físicos quanto na obsolescência dos equipamentos, em função dos poucos recursos para investimento. Esse aspecto estaria produzindo marcas profundas no atendimento, seja pela redução da oferta de leitos e consultórios, seja quanto à qualidade dos serviços prestados.

O Projeto Reforsus persegue a idéia da universalidade e da integração, consoante os marcos legais que regem o setor saúde. Nesse sentido, busca encaminhar respostas para os problemas do conjunto da população brasileira, relacionados às carências assistenciais e organizacionais do Sistema. Sua abrangência é de caráter nacional, devendo ser desenvolvido não apenas pelo Ministério da Saúde, mas também com a participação efetiva das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e da sociedade civil organizada, no detalhamento e na execução operacional de seus diversos componentes.

O objetivo geral do projeto é recuperar a capacidade operacional e gerencial do SUS, mediante ações específicas de recuperação física e tecnológica da rede existente, bem como ações que visem incrementar a capacidade de gestão do sistema, em seus diferentes níveis.

O projeto, negociado pelo Ministério da Saúde, deverá ser aplicado no início do próximo ano e contará com recursos financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos serão repassados aos beneficiários pelo Banco do Brasil, atendendo necessidades de aquisição de equipamentos, reforma de estabelecimentos de saúde, conclusão de obras e treinamento de pessoal.

As prioridades serão fixadas pelo Ministério da Saúde, que desde o ano passado vem recebendo projetos das secretarias de saúde para atender as áreas mais carentes.

Sr. Presidente,
Srs. Senadores,

Num momento em que a saúde tem estado tão presente de modo negativo em nosso noticiário, em eventos como a morte dos pacientes que recebiam tratamento de hemodiálise em Caruaru, ou dos bebês infectados em Roraima, é auspicioso verificar-se a existência de projetos voltados à melhoria da qualidade do atendimento do SUS.

No próximo ano, com a utilização dos recursos obtidos com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, allada ao início das atividades do Projeto Reforsus, é de esperar-se uma melhora constante, ascendente e significativa da área de saúde pública de nosso País.

Em que pese à saída do Dr. Adib Jatene do Ministério da Saúde, o Reforsus é mais uma de suas realizações, que, esperamos, irá gerar frutos profícuos para a população de nosso País.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h40min.)

ATA DA 187ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 1996

(Publicado no **Diário do Senado Federal**,
de 5 de novembro de 1996.)

RETIFICAÇÃO

Nos Atos do Diretor-Geral nºs 1251 e 1257, de 1996, páginas 18087 e 18090, respectivamente,

.....
Onde se lê:

Símbolo FC-4

Lela-se:

Símbolo FC-3
.....

**MENSAGEM Nº 403, DE 1996 – CN
(Nº 820/96, na origem)**

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1996 – CN

**Estima a Receita e fixa a Despesa da
União para o exercício financeiro de 1997.**

(*) EMENDAS

(*) – Serão publicadas em Suplemento à presente edição.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.265, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15732/96-7, resolve dispensar a servidora CLÁUDIA MARIA MAY DE CASTRO, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-4, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 24 de outubro de 1996, e lotá-la na Diretoria-Geral a partir da mesma data.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.266, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16180/96-8, resolve dispensar a servidora MARIA LÚCIA CAVALCANTI FARIA DA CUNHA, matrícula 1459, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Taquigrafia, da Função Comissionada de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1996, mantendo-a lotada no mesmo órgão.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.267, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16180/96-8, resolve designar a servidora MARIA LÚCIA CAVAL-

CANTI FARIA DA CUNHA, matrícula 1459, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Taquigrafia, para exercer a Função Comissionada de Revisor Taquígrafo, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1996.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.268, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15887/96-0, resolve designar o servidor JOSÉ DE RIBAMAR BARBOSA CARVALHO, matrícula 4014, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 30 de outubro de 1996.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.269, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15580/96-2, resolve dispensar o servidor do Cegraf JOSÉ ADAIR LOPES, matrícula 637, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 23 de outubro de 1996, e lotá-lo no Gabinete da Liderança do PPB a partir da mesma data.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.270, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15488/96-9, resolve dispensar a servidora ELIZABETH COE-

LHO, matrícula 3488, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 22 de outubro de 1996, e lotá-la no Gabinete do Senador Bello Parga a partir da mesma data.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.271, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do

Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15488/96-9, resolve designar a servidora ELIZABETH COELHO, matrícula 3488, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Bello Parga, com efeitos financeiros a partir de 22 de outubro de 1996.

Senado Federal, 8 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP
Ney Suassuna – PMDB – PB
Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF
LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes

Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho
LIDERANÇA DO PPB

Líder
Eptacio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júlia Marise

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-VAGO	
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2061/67		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: VAGO *1
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
----------------	--------------	--------------------------	------------

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 04/11/96

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359
FAX: 311-3652

ATUALIZADA EM: 04/11/96

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-VAGO	PB-4345/46
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-VAGO	
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1 - ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1- Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

ATUALIZADA EM: 01/11/96

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PT			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
P1B			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDI			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

ATUALIZADA EM: 04/11/06

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FÉRIAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 - ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

ATUALIZADA EM: 01/11/96

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIAO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PJ			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292
FAX: 311-3286

ATUALIZADA EM: 01/11/96

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE(S))

TITULARES

SUPLENTE(S)

PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PSJ			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PJ			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

ATUALIZADA EM: 04/11/96

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassido Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Gerardo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Alvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS